



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 10436/17

Pensão Vitalícia. Julga-se legal o ato e correto os cálculos de proventos elaborados pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1 TC 02392/2017

1. PROCESSO TC N.º: 10436/17

2. ORIGEM: Paraíba Previdência - PBprev.

3. DADOS SOBRE A(S) PENSÃO(ÕES):

3.1. BENEFICIÁRIO(S): Durvalina Monteiro de Freitas – Vitalícia

3.2. DADOS DO(A) SERVIDOR(A) FALECIDO(A):

3.2.1. NOME: Sebastião Alves de Freitas.

3.2.2. QUALIFICAÇÃO: Operador de Equipamento Rodoviário V17, matrícula nº 1.814-7.

3.3. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal/88, com a redação pela Emenda Constitucional nº 41/03.

3.4. DATA DO(S) ATO(S): 25/04/2017.

3.5. DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE: Diário Oficial do Estado, edição de 03/05/2017.

3.6. AUTORIDADE EMITENTE: Presidente da PBprev.

4. RELATÓRIO DA AUDITORIA: Após análise de defesa, concluiu que a pensão reveste-se de legalidade, razão porque sugeriu o registro do ato concessório.

5. PARECER DA PROCURADORIA: Oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, em sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em **conceder registro** ao ato de **pensão vitalícia da beneficiária** Durvalina Monteiro de Freitas, favorecida do servidor falecido, Sr. Sebastião Alves de Freitas, tendo presentes sua legalidade e os cálculos de proventos efetuados pela repartição de origem.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TCE – Sala das Sessões da 1ª Câmara, Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 26 de outubro de 2017.

Assinado 31 de Outubro de 2017 às 15:20



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 1 de Novembro de 2017 às 09:34



Luciano Andrade Farias
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO